

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO

Tribunal

TJSP

EMPRESA — SOCIEDADE - MEDIDA CAUTELAR INOMINADA - PROTEÇÃO DO NOME
COMERCIAL - USO INDEVIDO DO NOME FANTASIA

EMENTA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE -
....., brasileiro, separado judicialmente, do comércio, portador da Cédula de Identidade
....., inscrito no CPF/MF sob nº, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua
..... nº, apto., bairro, neste ato representado por sua advogada, instrumento
de mandado anexo, com escritório profissional descrito no rodapé deste, vem respeitosamente à presença
Vossa Excelência, com fundamento no artigo 796 e seguintes do Código de Processo Civil, propor a
presente. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA em face de, pessoa jurídica de direito privado, inscrita
no CNPJ sob o nº, com sede à Rua nº, Bairro....., Nesta Capital, e
....., brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG., e inscrito
no CPF/MF sob o nº, com o endereço comercial na Rua nº bairro
....., neta capital, pelos fatos e fundamentos de direito a seguir expostos: I - DOS FATOS O Peticionário
é sócio da empresa, constituída em de de, sob o nome fantasia,
cujas cotas estão divididas da seguinte forma:cotas
.....cotascotas Quando de sua formação, a
sede da empresa ficava na rua, nº, Bairro, tendo posteriormente sido transferida para a
rua, nº, bairro, nesta capital, conforme cópia do recibo em anexo. A sociedade
tem por objeto a exploração da atividade de comércio varejista de materiais fotográficos, promoção de
festas, convenções, serviços, de encaminhamento de materiais fotográficos, serviços fotográficos e de
filmagem, ut fotocópia do contrato social, acostado à presente. Com o passar do tempo, os sócios
verificaram uma maior lucratividade no ramo de eventos, pelo que resolveram concentrar suas atividades em
organização e realização de formaturas. Diante desse novo quadro, tornou-se necessário um maior controle
financeiro da empresa, motivo pelo qual, em ... de de, os sócios outorgaram ao Sr., poderes
para a movimentar contas bancárias da sociedade. Ressalte-se aqui, que o Sr. só foi
nomeado procurador, por ser pessoa de inteira confiança dos sócios, uma vez que é pai da sócia e
cunhado do ora Peticionário. Ocorre que, em de, o Sr., juntamente com sua outra filha,
....., resolveu constituir uma empresa somente em nome desta, com o mesmo objeto social da
....., denominada Assim, é que, movido pela má-fé e aproveitando-se do nome fantasia da
empresa do qual o Peticionário é sócio, bem como das próprias instalações desta, o Sr., sabendo
da provável renovação dos contratos anuais firmados entre CRF e instituições de ensino, utilizou-se de
nome fantasia, já conhecido pelas contratantes, para firmar novo contrato com as mesmas, desta vez
em benefício de, sem, contudo, comunicar a estas, que a empresa que representava não era a mesma
contratada nos anos anteriores. E as escolas não percebiam uma vez que era alterado apenas o CNPJ, já
que o nome fantasia era o mesmo. Conforme cópia da correspondência enviada a Prefeitura Municipal de
....., anexa) O artifício utilizado pelos requeridos é facilmente comprovado pela fotocópia do recibo
que passaram à Comissão de Formatura da Escola, em que não consta a denominação
social da requerida, mas tão somente o nome fantasia da empresa do qual é sócio o Requerente, recibo
este assinado pelo Sr. Os requeridos também se utilizaram do nome fantasia e do acesso que
tinha ao trabalho da, para comercializar junto aos formando de, as fotos e fitas de vídeo

produzidas por esta no evento de colação de grau dos mesmos, como por exemplo , do Colégio;
do Colégio; dentre outros. Em contato com a direção da o requerente foi
informado que